



A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Anne Rafaelli Teixeira dos Santos; Laís Silveira de Paula; Thaís Francisca Matos da Silva; Rickson William de Lima Silva; Luiz Oliveira da Costa Filho

Universidade Católica de Pernambuco; annerafaelli90@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário Aurélio, inclusão (incluir) é o mesmo que compreender, que por sua vez quer dizer entender. A inclusão social no Brasil vem crescendo a cada ano, porém está longe de ser adequada; visto que ainda temos escolas em nosso país que não estão em condições para receberem alunos com necessidades educacionais especiais.

Em contrapartida, muito vem se falando sobre o assunto, e para que possamos ter uma melhor base, é necessário lembrar o histórico da inclusão no mundo, pois várias foram as suas fases, pode-se relatar o que acontecia na idade antiga, mais precisamente na Grécia, por exemplo. Esse foi um período de bastante exclusão social, pois crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram abandonadas ou muitas vezes eliminadas sem nenhum direito ao convívio social.

Na Idade Média, pessoas com deficiências eram marginalizadas, por serem associadas a questões “sobrenaturais” eram perseguidas e mortas. As famílias, por sua vez, preferiam escondê-las e privá-las.

Por volta do século XVIII no Brasil, os atendimentos aos deficientes restringiam-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de instruções com outras crianças ditas “normais”, (JANNUZI 2004).

No século XX obteve-se um avanço, a questão educacional foi se configurando pela concepção médico-pedagógica, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. As contribuições do avanço da psicologia e das novas teorias de aprendizagem, começaram a influenciar a educação e



configuram a concepção na linhagem psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino.

Por volta da década de 1990 e início do século XXI, os estudos em educação especial no Brasil ganham maior espaço. (MAZZOTA 2005).

A terminologia: “necessidades educacionais especiais” podem ser atribuídas a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes, até aquelas que por razões diversas fracassam em seu processo de aprendizagem escolar.

Logo entende-se que necessidades educacionais especiais não englobam apenas alunos com deficiências físicas ou aparentes. São inúmeros os diagnósticos de alunos que apresentam quadros de necessidades educacionais especiais. Temos como exemplo: TDAH e Dislexia.

Portando este trabalho tem por princípio entender a gênese nas relações educacionais, partindo da problemática que a educação enquanto processos socializados, tem por premissa visar a inclusão dos educandos, levando em consideração o seu desenvolvimento individual e suas nuances específicas, assim como desafios enfrentados pelos educadores como agentes transformadores do saber com um propósito de compreender de forma direta essas principais problemáticas que os professores encontram em sala de aula e com base nas respostas, elaborar um plano de ação imediato, buscando o apoio do corpo pedagógico das instituições entrevistadas, na visão de um maior esclarecimento sobre as diversas necessidades educacionais especiais.

Mas, como então tornar a inclusão um elemento fundamental para os educadores, sem que seja visto ou percebido como uma obrigação? Esse é o maior desafio.

A assembleia geral das nações unidas produziu vários documentos internacionais, norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros.

Dentre os documentos produzidos destacam-se: declaração universal dos direitos humanos, declaração mundial sobre educação para todos e “plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, declaração de Salamanca, convenção da Guatemala e a declaração Montreal.



A inclusão social não é escolha do educador, é direito do educando portador de necessidade educacional especial. A declaração universal dos direitos humanos é bastante clara, na qual todos possuem o direito a uma educação igualitária, sem discriminação.

METODOLOGIA

A investigação foi realizada entre os meses de abril e maio de 2016, assumindo a forma de estudo de caso, na qual dois procedimentos foram adotados para coleta de dados: a aplicação de um questionário e a realização de entrevistas com os professores de Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede pública e privada da Cidade do Recife.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi identificado o conhecimento dos profissionais no assunto a ser abordado e a expectativa dos docentes em relação a uma escola inclusiva. Durante a entrevista não houve divergências de respostas, tanto os professores da rede pública como os da privada acreditam que uma escola inclusiva deve oferecer um acolhimento adequado aos alunos de diferentes necessidades.

Houve também um reconhecimento por parte dos docentes, que é necessário agir com profissionalismo e sensibilidade com a situação. Precisa-se estar preparado didaticamente e psicologicamente para lidar com o diferente, pois é possível ver que o professor ainda é seletivo quando se trata de alunos que possuem dificuldades de aprendizagem.

Em contrapartida, ressaltaram a importância de palestras e capacitações, esclarecendo os diversos tipos de necessidades educacionais especiais. Entretanto, os docentes citaram a falta de tempo baseados em suas cargas horárias.

A maioria das respostas foram negativas, quando questionados se na qualidade de mediador do conhecimento, o docente em questão encontrava-se devidamente preparado para assumir a responsabilidade de repassar seu conhecimento de forma inclusiva e igualitária (Figura 1 e 2).

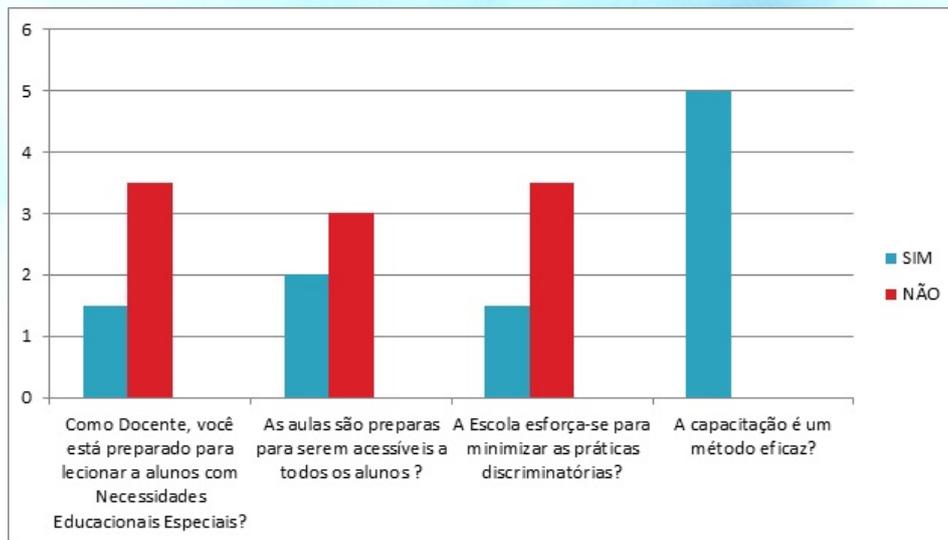


Figura 1: Dados colhidos instituição pública

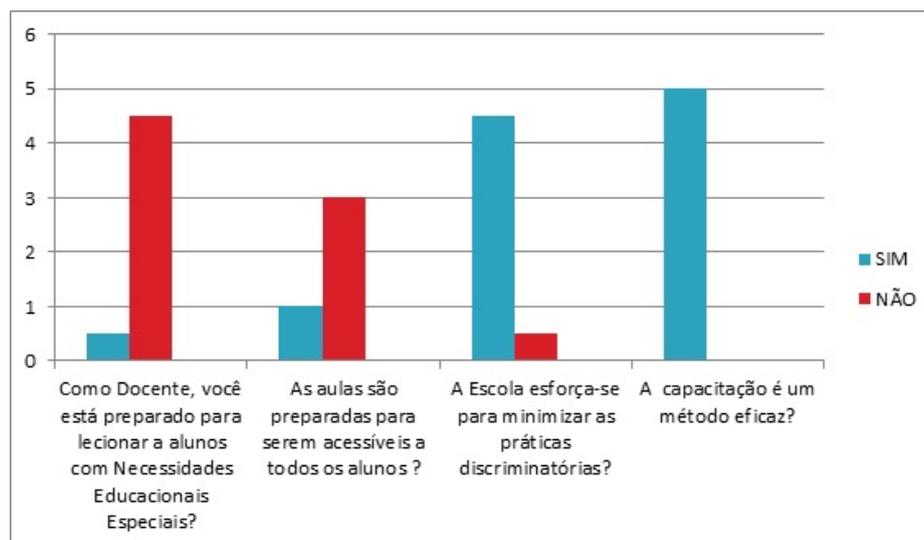


Figura 2. Dados colhidos instituição privada

A problemática se inicia na formação básica dos professores, pois em sua maioria a grade curricular, não oferta disciplinas específicas que guiem e moldem o profissional para o ensino inclusivo. Segundo Stella e Sequeira, na questão referente ao conhecimento adquirido para trabalhar com a inclusão, 50% dos entrevistados também apontam a própria experiência escolar, demonstrando que não há um trabalho prévio que possibilite ao professor conhecer melhor sobre o trabalho a ser feito. Outro fator importante seria de que a LDB se estabeleceu, mas não deu suporte



para o processo, pois conforme o questionário apenas 10% adquiriram conhecimento por intermédio de cursos.

Fator esse que se relaciona com a falta de um trabalho antecipado à inclusão muito citado pelos educadores na pesquisa: “A inclusão chegou, sabemos que muitos não têm formação para trabalhar com ela, mas hoje existem livros, artigos, etc. e cabe a nós professores arregaçarmos as mangas e correremos atrás do prejuízo”.

Com a resolução MEC/ SEESP, 2008 o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão apresenta a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, apontam um déficit referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

É importante explicitar que os objetivos da inclusão e das salas especiais são contrários, pois o primeiro visa experiências amplas com a gama de diversidade humana, enquanto as salas especiais podem acabar participando de uma educação segregadora, (STELLA e SEQUEIRA, 2013).

CONCLUSÃO

Ficou evidente a carência de informações e o descaso no que se refere à preparação dos professores para lidarem com a inclusão. É necessário que as instituições de fato, correspondam de forma justa, pois a escola tem o papel de formar os alunos em um ambiente livre de exclusão, intolerância e preconceito. Entretanto, os professores precisam compreender que eles são peças fundamentais nesse processo de reconstrução desse cenário ainda exclusivo. A inclusão no âmbito escolar é o primeiro passo a ser seguido, uma vez que a escola é um dos principais contatos do aluno com a sociedade.



Ficou perceptível que a educação no contexto geral seja em rede pública ou privada necessita capacitar seus professores para lidar com os diferentes tipos de necessidades educacionais especiais.

Entretanto, escolas privadas dispõem de um diferencial na capacitação de seus profissionais da educação, pois contam com o apoio do SOERP (setor orientação escolar religiosa e psicológica), e

assim caminham para o cumprimento do artigo 26º da declaração universal dos direitos humanos. Uma vez que a inclusão é um direito de todos, o papel das instituições como um todo, é lutar para erradicar a exclusão e incluir dentro da sociedade aqueles que ficam em suas margens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – MEC/ SEESP, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção Cotidiano Escolar).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida; et all. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8 ed.. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: _____. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999 [p. 21- 34].

STELLA, C; SEQUEIRA, V. C. Inclusão e o cotidiano escolar: a visão dos professores. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.13, 2013.